



Revista de História
ISSN: 0034-8309
revistahistoria@usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

Dal Lago, Enrico
Patriarcalismo e paternalismo no Sul dos Estados Unidos antebellum e no Mezzogiorno italiano
oitocentista: uma comparação entre proprietários de escravos e terratenentes
Revista de História, núm. 156, junho, 2007, pp. 193-225
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022046009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PATRIARCALISMO E PATERNALISMO NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS ANTEBELLUM E NO MEZZOGIORNO ITALIANO OITOCENTISTA : UMA COMPARAÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS E TERRATENENTES*

Enrico Dal Lago

National University of Ireland – Galway

Resumo

Na primeira metade do século XIX, as visões de mundo dos senhores de escravos norte-americanos e dos proprietários rurais do sul da Itália incluíam elementos comparáveis de duas ideologias distintas: o patriarcalismo, mais conservadora, baseada na deferência e obediência, e o paternalismo, mais progressista, baseada na reciprocidade e em relações contratuais. Ambas as ideologias justificavam a exploração implacável dos trabalhadores agrícolas, não obstante terem assumido diferentes conformações por conta da presença da escravidão nos Estados Unidos e sua ausência na Itália.

Palavras-Chave

Senhores de Escravos • Proprietários Rurais • Patriarcalismo • Paternalismo • Trabalhadores

Abstract

In the first half of the nineteenth century, the worldviews of American slaveholders and southern Italian landowners included comparable elements of two different ideologies: patriarchalism, more conservative and based on deference and obedience, and paternalism, more progressive and based on reciprocity and contractual relationships. Both ideologies justified the elites, ruthless exploitation of agrarian labourers, even though this assumed different features due to the presence of slavery in the U.S.A. and its absence in Italy.

Keywords

Slaveholders • Landowners • Patriarchalism • Paternalism • Labourers

* Tradução de Fábio Duarte Joly. Revisão técnica de Rafael de Bivar Marquese.

Introdução

Na primeira metade do século XIX, as visões de mundo da elite escravista do Sul dos Estados Unidos e da elite terratenente do Sul italiano, ou *Mezzogiorno*, compreendiam elementos comparáveis de dois tipos diferentes de ideologia. Atitudes de deferência frente à família e à sociedade geralmente remetiam ao *patriarcalismo* – a ideologia dominante do século XVIII – e eram parte da vida cotidiana, sobretudo – mas não exclusivamente –, das famílias mais conservadoras de ambas as elites. Ao mesmo tempo, a ascensão de novas classes proprietárias nas duas regiões ocorreu paralelamente à difusão de uma ideologia *paternalista*, em cujo cerne encontrava-se tanto práticas capitalistas quanto atitudes liberais.

Intercâmbios e casamentos constantes garantiam que a maioria dos membros dessas elites mesclassem elementos das duas ideologias em diferentes graus, de modo que, em ambos os casos, é possível falar de um espectro de comportamentos, desde o mais conservador – ou patriarcal – até o mais progressista – ou paternalista. De fato, as atitudes da maioria dos proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos e dos terratenentes do Sul da Itália situavam-se num ponto médio, combinando elementos patriarcais e paternalistas em duas visões de mundo específicas e coerentes¹.

A adoção de atitudes e comportamentos patriarcais fazia parte de um esforço consciente dos membros das duas elites para preservar a importância dos valores aristocráticos setecentistas, seja no interior da família, seja na própria sociedade. No seio da família, o *ethos* patriarcal fornecia um padrão normativo

¹ Sobre o patriarcalismo como conservador e o paternalismo como progressista entre os proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos, ver MORGAN, Philip D. *Slave Counterpoint : Black Culture in the Eighteenth-Century Chesapeake and Lowcountry*. Chapel Hill, N.C. : The University of North Carolina Press, 1998, p. 284-296. Minha definição de paternalismo baseia-se na idéia de que uma “forte dose de capitalismo” era parte integral da ideologia paternalista dos senhores de escravos e que – como Peter Parish observou – “o equilíbrio entre paternalismo e busca do lucro variou de senhor para senhor de acordo com uma gama variada de fatores, incluindo tamanho da posse fundiária e condições econômicas – e também tempo”; ver PARISH, Peter J. *Slavery : History and Historians*. Nova York : Westview Press, 1989, p. 54. Para a definição “clássica” do paternalismo dos proprietários de escravos como incompatível com o capitalismo burguês, ver GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll : The World the Slaves Made*. Nova York : Vintage, 1974, p. 661–665; e KOLCHIN, Peter. *American Slavery, 1619–1877*. 2nd ed. Nova York : Hill and Wang, 2003, p. 70–73.

de comportamento baseado na obediência e respeito pela autoridade paterna por filhos e esposas. Na sociedade, ele implicava um comportamento deferente das classes inferiores diante das classes superiores e especialmente dos trabalhadores diante de seus senhores. Entre os séculos XVIII e XIX, a ascensão simultânea, em várias regiões do mundo, de classes empreendedoras, defensoras da modernização e de valores capitalistas e liberais, levou à emergência de um *ethos* paternalista no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano. Os propugnadores do paternalismo acreditavam na necessidade de relações de reciprocidade na família e na sociedade. Eles demonstravam um comportamento afetuoso com seus filhos e estendiam a idéia da reciprocidade às relações com a força de trabalho. Por conseguinte, elaboraram uma ideologia de acordo com a qual as obrigações mútuas forçavam-nos a zelar pelo bem-estar de seus trabalhadores em troca do trabalho que estes lhes deviam².

Embora relacionada à ideologia do liberalismo e ao *ethos* empreendedor que caracterizaram as classes médias emergentes nos Estados Unidos e Europa no século XIX, no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano a difusão do paternalismo também esteve assentada em certos aspectos econômicos e sociais peculiares às duas regiões. No Sul dos Estados Unidos, o fim do tráfico atlântico de escravos em 1808 e a necessidade constante de maiores lucros forçou muitos fazendeiros a priorizarem o bem-estar de seus escravos e, portanto, a adotar uma atitude que posteriormente forneceu amparo para uma justificativa paternalista da escravidão, como um bem positivo. No *Mezzogiorno*, por sua vez, as atitudes e comportamentos paternalistas estavam relacionados às idéias progressistas de muitos agrônomos, terratenentes e membros ilustrados da elite do século XIX, convencidos de que o tratamento justo dos trabalhadores, e das classes inferiores em geral, era econômica e moralmente viável.

Em geral, em ambas as regiões, a difusão do paternalismo foi parte de um fenômeno, comum ao século XIX, de modernização ideológica da elite fundiária. Entre os proprietários de escravos nos Estados Unidos e os terratenentes do Sul italiano, especialmente aqueles indivíduos mais progressistas abraçaram os valores capitalistas e liberais. Ainda que estivessem em busca de lucro, também reconheciam a importância de se implementar uma reciprocidade

² Sobre a ideologia patriarcal, ver WYATT-BROWN, Bertram. The Ideal Typology and Ante-Bellum Southern History : A Testing of a New Approach, *Societas* 5, no. 1, 1975, p. 5-6; e MACRY, Paolo. *Ottocento. Famiglia, élites e patrimoni a Napoli*. Turim : G. Einaudi, 1988, p. xiv-xv.

contratual no trato com a força de trabalho e adaptaram aspectos particulares do *ethos* paternalista às necessidades de dois sistemas socioeconômicos, em que relações não pautadas pelo mercado, a deferência e a exploração eram a regra. Por esta razão, e também como resultado de intercâmbio ideológico e de uma política de casamentos entre diferentes setores das elites, a maioria dos proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos e dos terratenentes do Sul da Itália combinou elementos de patriarcalismo e paternalismo em duas visões de mundo patriarcal-paternalistas específicas, que, embora adotando valores capitalistas e liberais, pressupunham que as classes inferiores deveriam mostrar uma atitude deferente e respeitosa frente à ordem social existente.

Ideologias e práticas patriarcais no Sul dos Estados Unidos anteguerra e no Mezzogiorno italiano do século XIX

Nas duas específicas visões de mundo patriarcal-paternalistas dos proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos e dos terratenentes do Sul da Itália, o patriarcalismo era o elemento ideológico mais antigo. No século XVIII, o *ethos* patriarcal orientava a vida cotidiana das principais famílias aristocráticas no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano. Um rígido autoritarismo, a deferência no interior da família e respeito pela hierarquia e *status* na sociedade eram suas características distintivas. A figura do pai (*pater familias*), ao mesmo tempo chefe da casa e do sistema social, exigindo obediência absoluta da esposa e filhos e de seus servidores e escravos, estava no centro. A exigência de obediência e respeito, por sua vez, geralmente levava ao emprego da violência e a punições brutais. Já em pleno século XIX, essas atitudes e comportamentos vinculados ao patriarcalismo permeavam grande parte da vida cotidiana de algumas das mais proeminentes famílias de ambas as regiões sulistas.³

³ Sobre a ideologia patriarcal do século XVIII, ver MORGAN, *Slave Counterpoint*, p. 269-284; DAL LAGO, Enrico. Patriarchs and Republicans : Eighteenth-Century Virginian Planters and Classical Politics, *In: Historical Research* 76, 2003, p. 492-511; OLWELL, Robert. *Masters, Slaves, and Subjects : The Culture of Power in the South Carolina Low Country, 1740-1790*. Ithaca, N.Y. : Cornell University Press, 1998, p. 93-200; VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Il bisogno di eternità. I comportamenti aristocratici a Napoli in età moderna*. Nápoles : Guida, 1988, p. 11-93; e CANCELILA, Orazio. Introduzione, *In: CANCELILA, Orazio (ed.). Noi e il Padrone*. Palermo : Sellerio Editore, 1982, p. ix-xxviii.

Em sua essência, a ideologia patriarcal visava preservar a ordem social por meio do reconhecimento da importância dos papéis fixos na família e na sociedade. Consequentemente, o formalismo caracterizava as relações entre os chefes das casas, que privilegiavam o *ethos* patriarcal, e suas esposas e filhos, enquanto a disciplina e distanciamento caracterizavam as relações entre senhores e trabalhadores nas propriedades rurais. De acordo com Peter Bardaglio, no Sul dos Estados Unidos, a idéia subjacente era que mulheres, filhos e membros das classes inferiores eram “por natureza inclinados para a subordinação e os homens, chefes das casas [...] eram naturalmente aptos para comandar essa subordinação.” Igualmente, em sua descrição dos principais aspectos da família patriarcal do Sul da Itália no século XIX, Paolo Macry observou como “na casa os papéis são fixos, o poder do pai é forte e incontestável; esposa, filhos e servidores estão tenazmente subordinados a ele. O paradigma é hierárquico e as relações, mesmo aquelas entre senhor e servidores, são mais deferenciais do que contratuais”⁴.

Entre os elementos comparáveis do patriarcalismo que permaneceram nas visões de mundo patriarcal-paternalistas do século XIX, esposadas pelos proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos e pelos terratenentes do *Mezzogiorno*, a ênfase na subordinação foi de suprema importância; implicava obediência e deferência e, ao mesmo tempo, acarretava uma falta de comunicação entre as classes inferiores e superiores. De fato, os senhores que ressaltavam a importância das atitudes patriarcais tendiam fortemente a levar vidas separadas daquelas de seus trabalhadores e a ter contatos pessoais muito raros com escravos e camponeses. A distância entre senhores e trabalhadores era ainda maior se o fazendeiro ou terratenente fosse absentéista, como acontecia em grande parte da Itália meridional e em algumas áreas do Sul dos Estados Unidos, sobretudo na costa da Carolina do Sul. Nesse caso, as relações com escravos e camponeses tornavam-se problemas distantes que capatazes e agentes estavam incumbidos de solucionar. Ademais, diferentemente do que ocorria no *Mezzogiorno* italiano, no Sul dos Estados Unidos, especialmente em propriedades de senhores absentéistas, os capatazes recorriam rotineiramente à violên-

⁴ BARDAGLIO, Peter W. *Reconstructing the Household : Families, Sex, and the Law in the Nineteenth-Century South*. Chapel Hill, N.C. : The University of North Carolina Press, 1995, p. 27; MACRY, *Ottocento...*, p. xiv.

cia para implantar a disciplina e garantir a obediência dos escravos. O chicote do capataz sempre foi o símbolo da autoridade senhorial, fosse o proprietário residente ou absenteísta, e os escravos recebiam açoitamentos de rotina por toda sorte de razões, além daquela de não realizarem adequadamente suas tarefas⁵.

Na verdade, a constante presença da violência foi uma das diferenças fundamentais entre as fazendas americanas e os *latifondi* do Sul da Itália no século XIX. No *Mezzogiorno*, não havia tanta violência envolvida na implantação da disciplina como no Sul dos Estados Unidos, em primeiro lugar porque os trabalhadores agrícolas eram legalmente livres. Contudo, a ameaça da violência sempre estava presente; os terratenentes geralmente possuíam guardas armados que representavam sua autoridade nos *latifondi* e que não hesitavam em recorrer às armas em caso de uma revolta dos trabalhadores. Em última instância, tanto no caso americano quanto no italiano, a combinação senhorial entre uma atitude distanciada diante das condições dos trabalhadores e uma tentativa de manter relações autoritárias levou a uma situação em que a violência, ou sua ameaça, era parte integral da vida cotidiana das propriedades rurais. Especialmente nos casos de *plantations* e *latifondi* de proprietários absenteístas, senhores distantes e desligados permitiam que capatazes e agentes tivessem carta branca para disciplinar a força de trabalho com os meios que julgassem necessários⁶.

Potencialmente, a prática de se delegar a administração da propriedade a capatazes e agentes podia aumentar a distância e afastamento entre senhores e trabalhadores, criando quase dois mundos separados. Este era especialmente o caso quando fazendeiros e terratenentes com atitudes patriarcais não estavam nem interessados em manter contatos com seus trabalhadores, nem se preocupavam com os problemas relativos à administração de suas atividades. Neste caso, a falta de interesse e o contínuo recurso a capatazes e agentes geraram um problema crônico para se encontrar indivíduos adequados que pudessem efetivamente substituir os senhores na administração de *plantations* e *latifondi*. Os fazendeiros americanos e os terratenentes italianos dependiam da ajuda de

⁵ Ver STAMPP, Kenneth. *The Peculiar Institution : Slavery in the Ante-Bellum South*. Nova York : Vintage, 1956, p. 43–44, 75–78.

⁶ Ver STEVENSON, Brenda. *Life in Black and White : Family and Community in the Slave South*. Nova York : Oxford University Press, 1996, p. 166–205; e BLOK, Anton. *The Mafia of a Sicilian Village, 1860–1960 : A Study of Violent Peasant Entrepreneurs*. Nova York : Waveland Press, 1974, p. 54–68.

seus filhos ou de outros membros da família para trabalharem como seus agentes, e não tanto como capatazes. Entretanto, enquanto a maioria dos terratenentes italianos possuía propriedades em diferentes regiões e necessitavam constantemente de agentes locais, apenas poucos fazendeiros americanos enfrentaram o mesmo problema. Na maioria dos casos, os fazendeiros apenas precisavam de capatazes – geralmente recrutados entre os pequenos agricultores locais – para administrar suas *plantations*. Por outro lado, a maioria dos terratenentes do Sul da Itália, que precisava de agentes para cuidar de suas propriedades esparsas, geralmente recrutava homens entre os proprietários rurais locais. Como consequência, enquanto os capatazes eram indivíduos cruciais para o mecanismo administrativo da *plantation*, os agentes o eram no caso do *latifundo*⁷.

Richard Baylor, da Virgínia, foi um daqueles fazendeiros americanos que empregava capatazes e agentes para a administração de suas propriedades rurais. A família Baylor era originária do condado de Essex, Virgínia. Nos anos de 1850, Richard Baylor comprou a *plantation* de Sandy Point no condado de Charles City e empregou seu primo Thomas Gregory Baylor como agente. A correspondência que ambos trocaram entre 1855 e 1858 ilustra alguns dos problemas envolvidos nas idéias patriarcais sobre administração. A troca de cartas mostra que Richard Baylor pediu a seu primo que instrísse o novo capataz – Thomas Lipscomb – a ser firme com os escravos; porém, o capataz parece ter recorrido a ameaças e intimidações para mascarar sua própria incompetência em manter a disciplina na *plantation*. Ao longo de três anos, Thomas Gregory escreveu freqüentemente a Richard Baylor a respeito das reclamações dos escravos contra Lipscomb. Em uma carta de 1855, ele relatou uma “acusação muito séria feita contra o Sr. Lipscomb hoje por um de seus escravos”. A acusação mostrava o quanto era completamente desnecessário o uso de intimidações no trato com a força de trabalho e também levava a uma perigosa escalada na reação violenta dos escravos : “o negro diz que falou ao Sr. L[ipscomb] que o mataria caso ele voltasse a agir assim novamente.” Mas, a atitude distanciada de Richard Baylor frente aos problemas administrativos da *plantation* garantia

⁷ Sobre o gerenciamento da *plantation* e do *latifundo*, ver SCARBOROUGH, William K. *The Overseer : Plantation Management in the Old South*. Baton Rouge, La. : Louisiana State University Press, 1966, p. 67–100; e PETRUSEWICZ, Marta. *Latifundium : Moral Economy and Material Life in a Nineteenth-Century Periphery*. Ann Arbor, Mich. : University of Michigan Press, 1996, p. 49–84.

que Lipscomb permanecesse em sua posição. Tal fato justificava a frustração de Tomas Grecory com seu primo : “Várias reclamações de caráter similar [dos escravos contra Lipscomb] chegaram a mim nos últimos seis meses, mas você disse que não devo dar ouvidos a mentiras de negros”⁸.

Em cartas posteriores, Thomas Gregory relatou a Richard Baylor sobre seus esforços constantes para se manter calmo com Lipscomb, a despeito de a situação já ter saído de controle. Ao mesmo tempo, Thomas Gregory continuava a culpar Lipscomb por sua inabilidade em controlar os escravos, apesar das contínuas ameaças de violência que empregava. De fato, os escravos reagiam a essas ameaças mostrando que estavam perfeitamente conscientes de que o senhor estava distante e que nem seu agente nem seu capataz podiam reforçar sua autoridade simplesmente ameaçando-os, como o trecho seguinte de uma carta de 1856 escrita por Thomas Gregory indica : “O Sr. Lipscomb, pegando o açoite, disse aos negros para não irem à minha casa, ou açoitaria-os assim que um deles tentasse forçar entrada em minha Casa Grande”⁹.

Dois anos depois, em 1858, um dos escravos de Richard Baylor – John Washington – escapou de Sandy Point e chegou à casa de Thomas Gregory em Petersburg. Thomas Gregory pediu a seu primo que viesse pegá-lo, mas não recebeu resposta, de modo que manteve Washington consigo e colocou-o a trabalhar. Nesse entretempo, o escravo contou a Thomas Gregory que a razão de sua fuga foi que “ele não viveria mais com o Sr. Lipscomb”, aparentemente porque Lipscomb teria passado das simples ameaças ao uso direto da violência. Thomas Gregory observou que “além do fato de que o Sr. Lipscomb não deixe em paz sua mulher e filha, ele [Washington] ainda é perseguido por Lipscomb”, e, ademais, “o Sr. L. não conseguia ter muita autoridade sobre ele a ponto de fazê-lo agir como desejasse. [...] John disse-me que eles o açoitaram por roubar um porco. Eu logo suspeitaria de L. em vez de John, pelo conhecimento que tenho dos dois homens”. Uma semana se passou e Thomas Gregory ainda não recebera resposta de Richard Baylor. Lipscomb, então, foi a Petersburg para buscar Washington, mas o escravo já tinha escapado de lá¹⁰.

⁸ Thomas Gregory Baylor a Richard Baylor, 6 de dezembro de 1855, Documentos da Família Baylor, Virginia Historical Society.

⁹ Thomas Gregory Baylor a Richard Baylor, 23 de fevereiro de 1856, Documentos da Família Baylor, Virginia Historical Society.

¹⁰ Thomas Gregory Baylor a Richard Baylor, 7 de July de 1858; Thomas Gregory Baylor a Richard Baylor, 4 de julho de 1858, Documentos da Família Baylor, Virginia Historical Society.

Obviamente, a incompetência de Lipscomb em disciplinar sua força de trabalho e suas tentativas mal-sucedidas de escondê-la por meio de intimidações e violência mostram que ele não estava apto para o cargo de capataz. Agindo de acordo com seus deveres, Thomas Gregory Baylor escreveu a Richard Baylor sobre seus problemas como agente e a respeito das reclamações que os escravos tinham do capataz; contudo, Richard Baylor nunca mudou sua atitude na administração da propriedade. Manifestando uma clara atitude patriarcal frente à questão, Richard Baylor preferia pouco se envolver com problemas relacionados à supervisão de sua força de trabalho. Após ter delegado sua autoridade ao agente e ao capataz, considerava-os como os únicos responsáveis por esses problemas; mas tal distanciamento, silêncio e confiança absoluta em ambos contribuíram para criar ainda mais problemas nas relações dos prepostos com os escravos.

Na verdade, os deveres básicos dos capatazes eram similares em todas as *plantations*: além das atividades relacionadas à produção e à venda das colheitas, elas incluíam zelar pela provisão de comida e gerenciar a mão-de-obra. No mínimo, os capatazes deviam periodicamente inspecionar os estoques de comida para impedir roubos e manter a disciplina entre os escravos, recorrendo ao chicote quando necessário.

Entretanto, mesmo se fossem usualmente mais competentes do que Thomas Lipscomb, capatazes e agentes trabalhando em *plantations* de proprietários absenteístas sofriam uma pressão adicional, haja vista que os fazendeiros encarregavam-nos de todas as tarefas relativas à administração da *plantation* e geralmente pouco ou nunca os aconselhavam quando surgiam problemas. De fato, eles geralmente representavam a autoridade de senhores distantes e ausentes. Por sua vez, distância e desligamento criavam problemas adicionais quando fazendeiros absenteístas seguiam regras patriarcais de comportamento, como Richard Baylor claramente fazia. Neste caso, os fazendeiros exigiam que seu agente e capataz reforçassem a autoridade senhorial com quaisquer meios que julgassem necessários, na medida em que fossem capazes de disciplinar a força de trabalho por conta própria – uma política que, evidentemente, gerava problemas adicionais¹¹.

¹¹ Sobre algumas dessas questões, ver BREEDEN, James O. (ed.). *Advice among Masters: The Ideal in Slave Management in the Old South*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1980, p.129–304.

A atitude distanciada dos fazendeiros absenteístas que seguiam normas patriarcais de comportamento encontrava paralelo na displicência que muitos terratenentes italianos do *Mezzogiorno* – especialmente nobres – demonstravam com a administração absenteísta de seus *latifondi*. A maioria dos grandes terratenentes da Itália meridional possuía agentes que zelavam por suas propriedades familiares. Contudo, apesar do fato de alguns agentes atuarem mais profissionalmente do que outros, a relação entre senhor e agente variava bastante e dependia quase exclusivamente da atitude do proprietário perante suas terras e trabalhadores. As cartas que Filippo Muscianisi escreveu a Michele Spadafora, nos anos de 1840 e 1850, fornecem um bom exemplo de intercâmbio entre um agente e um proprietário absenteísta no Sul da Itália. Muscianisi atuava como agente de Spadafora em propriedade deste último, S. Pietro, uma das várias propriedades com extensos *latifondi* que esta prestigiada família nobre possuía no nordeste da Sicília. Particularmente, S. Pietro incluía várias terras onde o marquês dedicava-se à produção de vinho e azeite de oliva. Muscianisi escreveu-lhe freqüentes e detalhadas cartas informando periodicamente sobre as condições das vinhas e azeitonas. Contudo, Spadafora geralmente demorava a responder¹².

Em carta de 1855, quando Muscianisi escreveu após um período particularmente longo sem resposta, informou Spadafora que “estou extremamente preocupado porque não recebi uma carta sua no último correio”. A verdade era que, neste caso particular, Muscianisi precisava da ajuda e conselhos de Spadafora sobre problemas no gerenciamento dos trabalhadores. No pós-escrito, mesma carta, Muscianisi explicava que as instruções de Spadafora para diminuir o custo das azeitonas que os colonos (*coloni*) deveriam colher para o ano próximo, geraram reação contrária. Os colonos recusavam-se a aceitar condições que o último contrato (*patto colonico*) firmado entre eles e Spadafora não previa. Compreensivelmente, Muscianisi pedia mais instruções sobre como proceder; mas a demora de Spadafora em responder apenas confirmava que Muscianisi deveria tentar resolver a celeuma por conta própria¹³.

¹² Sobre o gerenciamento dos *latifondi* das famílias aristocráticas sicilianas, ver VERGA, Marcello. *La Sicilia dei grani. Gestione dei feudi e cultura economica fra Sei e Settecento*. Florença : Olschki, 1993, p. 59–106.

¹³ Filippo Muscianisi a Michele Spadafora, 26 de novembro de 1855, Documentos da Família Spadafora, Archivio di Stato di Palermo.

Em uma carta anterior, Muscianisi mencionara o fato de que Spadafora e os capatazes de sua propriedade tinham diferentes visões dos colonos quanto ao uso do vinho excedente que a propriedade produzia. Significativamente, Muscianisi elogiava a mão firme do supervisor de campo (*campiere*) em manter a disciplina entre os trabalhadores : “para seu conhecimento, quero que saiba que o *campiere* Todaro de San Domenico [outra propriedade de Spadafora] tem até agora sido bem enérgico no cumprimento de seus deveres, e nada se pode dizer contra ele”. De fato, das cartas de Muscianisi, desponta que o *campiere* era crucial na administração de propriedades de famílias absenteístas, como S. Pietro, porque permitia um controle cerrado sobre a força de trabalho, especialmente nos casos de protestos trabalhistas. Em poucas ocasiões, um *campiere* escreveu diretamente a Spadafora e, em termos excessivamente deferentes, explicou ao marquês o papel que ele tinha na administração das propriedades. Em carta de 1845, de San Domenico, o *campiere* Giuseppe Milici dirigiu-se a Spadafora como “Excelência” e “Senhor” e denominou-se “um antigo servo seu”. Então, professando lealdade ao marquês, garantiu-lhe, “de minha consciência, que colono algum, dentre os velhos e naturais súditos de Sua Excelência... jamais danificou uma oliveira ou outra propriedade de Sua Excelência que estava sob minha guarda”. Spadafora nunca respondeu a qualquer carta de Giuseppe Milici. Uma formação aristocrática, combinada com uma atitude distanciada de proprietário absenteísta, levou o marquês a agir de acordo com as normas patriarcais de comportamento. De maneira similar a Richard Baylor, Spadafora exigia deferência de seus trabalhadores e dependentes, mas não se incomodava com suas vidas ou lidava com seus problemas.¹⁴

Assim como os escravos nos Estados Unidos podiam apelar diretamente ao fazendeiro em caso de desvios de conduta do capataz, os colonos do Sul da Itália podiam enviar petições (*suppliche*) diretamente ao dono das terras. Essas petições eram originalmente apelos ao senhor feudal contra o abuso de poder na condução da propriedade rural, e preservaram função similar mesmo depois da abolição do feudalismo. Entretanto, nas propriedades que pertenciam

¹⁴ Filippo Muscianisi a Michele Spadafora, 7 de setembro de 1855; Giuseppe Milici a Michele Spadafora, 24 de outubro de 1845, Documentos da Família Spadafora, Archivio di Stato di Palermo. Sobre os *campieri* sicilianos, ver Blok, *The Mafia of a Sicilian Village...*, p. 61.

à família Spadafora, apenas em poucos casos os colonos enviaram petições diretamente ao marquês¹⁵.

Em 1849, Francesco Calapriste assinou como “Seu humilde colono” uma carta coletiva que abordava problemas de má administração e exploração do trabalho em Santo Domenico, a propriedade onde Giuseppe Milici era *campiere*. Escrevendo num italiano pobre, Calapriste contou a Spadafora sobre o abuso que, “nós pobres colonos”, sofriam nas mãos do agente, que, por seu turno, prestava pouca atenção ao azeite que eles produziam, e do subsequente alívio que as instruções do marquês, pedindo ao agente que aumentasse seus pagamentos, proporcionou : “Excelência, podemos ver que as mãos do Senhor nos alcançaram através do seu agente, visto que o princípio de que nós, colonos, podemos ter um retorno justo por nossos esforços e, portanto, não sermos roubados, foi entendido”. Embora neste caso Spadafora tenha intervido diretamente, ele nunca respondeu a Francesco Calapriste, pois pretendia manter uma distância dos problemas dos colonos e também porque ele tinha, sem dúvida, dado novas instruções a seu agente para evitar mais problemas com os trabalhadores. Não agiu, portanto, movido por um real interesse pelas condições deles¹⁶.

Em geral, no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano, as atitudes patriarcais eram vestígios do mundo do século XVIII. A rigidez dos papéis sociais, que os membros das elites agrárias que adotavam o *ethos* patriarcal consideravam fixos e imutáveis no contexto das relações familiares e trabalhistas, encontrou um crescente desafio nas idéias de igualdade e reciprocidade propagadas pelo liberalismo do século XIX. Ao mesmo tempo, o desdém aristocrático, que fazia com que vários fazendeiros absenteístas no Sul dos Estados Unidos e terratenentes italianos mantivessem uma clara distância de seus trabalhadores nas propriedades rurais, estava cada vez mais em conflito com os valores sociais e econômicos burgueses da “era do capital”. Esses valores enfatizavam a importância da racionalização da produção mediante um gerenciamento

¹⁵ Sobre as reivindicações dos escravos, ver KOLCHIN, Peter. *Unfree Labor : American Slavery and Russian Serfdom*. Cambridge, Mass. : Belknap Press, 1987, p. 275–277. Sobre as dos camponeses nos *latifondi*, ver DEMARCO, Domenico. *Il crollo del Regno delle due Sicilie. La struttura sociale*. Nápoles : Edizioni Scientifiche Italiane, 1960, p. 23–33.

¹⁶ Francesco Calapriste a Michele Spadafora, 23 de outubro de 1849, Documentos da Família Spadafora, Archivio di Stato di Palermo.

direto, não absenteísta, e de relações contratuais com a força de trabalho, em vez da imposição de disciplina, nas *plantations* e *latifondi*. Por seu turno, a adoção de tais valores questionava a viabilidade social e econômica de atitudes e comportamentos relacionados ao *ethos* patriarcal, e também desafiavam a força de adaptação das idéias aristocráticas do século XVIII ao mundo do século XIX em rápida mudança¹⁷.

Ideologias e Práticas Paternalistas no Sul dos Estados Unidos anteguerra e no Mezzogiorno italiano do século XIX

Muitos historiadores americanos e italianos observaram que, entre o final do século XVIII e começo do XIX, a ideologia patriarcal passou por profundas mudanças no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano. As relações familiares tornaram-se mais igualitárias e sentimentais, e não mais autoritárias, enquanto um tom mais humanitário caracterizou as relações entre senhores e trabalhadores. Um novo *ethos* – o paternalismo – ressaltava a importância das relações recíprocas na interação entre o pai/senhor e seus subordinados na família e na sociedade. Chefes de família baseavam suas relações com esposas e filhos no reconhecimento de suas respectivas necessidades e na confiança e afeição recíprocas. Os senhores baseavam suas relações com os trabalhadores no reconhecimento de deveres e direitos recíprocos que ambos deviam observar e respeitar¹⁸.

Ao longo do século XIX, no interior das duas específicas visões de mundo patriarcal-paternalistas que caracterizavam o pensamento das elites no Sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano, atitudes e comportamentos pater-

¹⁷ Ver HOBBSBAWM, Eric J. *The Age of Capital, 1848–1875*. Londres : New Ed Edition, 1975.

¹⁸ Sobre o Sul dos Estados Unidos, ver MORGAN. *Slave Counterpoint*, p. 284–296; LEWIS, Jan. *The Problem of Slavery in Southern Political Discourse*, In: KONIG, David T. (ed.). *Devising Liberty : Preserving and Creating Freedom in the New American Republic*. Stanford, Calif. : The University of North Carolina Press, 1995, p. 283–297; e ROSE, Willie Lee. *The Domestication of Domestic Slavery*, In: FREEHLING, William W. (ed.). *Slavery and Freedom*. Nova York : W.W. Norton & Company, 1976, p. 8–36. Sobre o *Mezzogiorno*, ver VASTO, Valeria Del. *Baroni nel tempo. I Tocco di Montemiletto dal XVI al XVIII secolo*. Nápoles : Edizione Scientifiche Italiane, 1995, p. 69–70; MACRY, *Ottocento*, p.10–11; e LEPRE, Aurelio. *Azienda feudale ed azienda agraria nel Mezzogiorno continentale fra Cinquecento e Ottocento*, In: MASSAFRA, Angelo (ed.). *Problemi di storia delle campagne meridionali nell'età moderna e contemporanea*. Bari : Dedalo, 1981, p. 27–40.

nalistas, com sua ênfase nas relações recíprocas, em vez do reconhecimento implícito da autoridade, tornaram-se cada vez mais comuns entre muitas famílias proeminentes. Várias dessas famílias pertenciam a setores progressistas das duas elites agrárias. Fazendeiros no Sul dos Estados Unidos e terratenentes no Sul da Itália compartilhavam indiferença semelhante pela deferência e hierarquia e, ao mesmo tempo, apresentavam preocupações semelhantes que focalizavam a eficiência da força de trabalho e a produtividade de suas propriedades rurais. Referindo-se à adoção pelos fazendeiros americanos de atitudes relacionadas ao *ethos* paternalista e às suas paralelas preocupações capitalistas, Robert Fogel e Stanley Engerman argumentaram que “o paternalismo não é intrinsecamente incompatível com a empresa capitalista [...] [Ele] pode até mesmo aumentar os lucros ao induzir o trabalho a ser mais eficiente do que no caso de um regime menos benevolente. Não há razão para descartar a possibilidade de o paternalismo operava dessa forma para os proprietários de escravos”¹⁹.

Já Marta Petrusiewicz relacionou diretamente sua análise do *latifondo* na Itália meridional, como um “sistema racional e eficiente de produção e uma forma de organização social estável e viável”, ao trabalho de Fogel e Engerman, e alegou que racionalidade e eficiência são características de “tais sistemas nas áreas periféricas da economia mundial, especialmente fora da Europa”. Ambas as características são requeridas para alcançar o objetivo capitalista de maximizar a produção; e, na verdade, ambas estavam largamente presentes nas idéias e práticas administrativas de proprietários de escravos no Sul dos Estados Unidos e de terratenentes na Itália meridional que privilegiavam o *ethos* paternalista. Membros progressistas de ambas as elites buscavam atingir seus objetivos mediante um parcial reconhecimento das necessidades de seus trabalhadores. Pensavam que tal reconhecimento eventualmente garantiria a paz e a estabilidade nas relações de trabalho²⁰.

Em termos gerais, o objetivo dos membros dessas duas elites que adotavam atitudes paternalistas era induzir – e não forçar – seus trabalhadores a aceitar a ordem social que continuava a reconhecer suas posições privilegiadas de senhores. Com este intuito, os membros das classes superiores deviam, no míni-

¹⁹ FOGEL, Robert W. e ENGERMAN, Stanley L. *Time on the Cross : The Economics of American Negro Slavery*. Nova York : W.W. Norton & Company, 1974, p. 73.

²⁰ PETRUSEWICZ, *Latifundium*, p. 4.

mo, reconhecer as necessidades dos membros das classes inferiores. Consequentemente, um tipo de benevolência disfarçada caracterizava as relações paternalistas entre proprietários de escravos, terratenentes e os trabalhadores rurais. Referindo-se à natureza ambivalente das relações paternalistas no Sul dos Estados Unidos, em comparação com outras áreas do mundo, Eugene Genovese escreveu que “o paternalismo sulista, como qualquer outro paternalismo [...] surgiu da necessidade de disciplinar e justificar moralmente um sistema de exploração. Ele encorajava a bondade e afeição, mas simultaneamente também encorajava a crueldade e o ódio”²¹.

Em geral, no Sul dos Estados Unidos, os fazendeiros que privilegiavam o *ethos* paternalista estendiam a prática da reciprocidade – que fornecia a base para relações familiares igualitárias – para seus dependentes na casa e na *plantation*. Eles falavam de “nossa família, branca e negra”, e discutiam seus deveres e obrigações perante os membros do que percebiam como uma casa expandida que incluía tanto filhos quanto escravos. Por sua vez, as idéias paternalistas sobre a necessidade de se estender as relações de reciprocidade ao tratamento dos escravos formavam o cerne de uma justificativa articulada da escravidão – o argumento pró-escravista –, de acordo com a qual os senhores sentiam-se obrigados a zelar por seus trabalhadores não-livres, assim como zelavam por seus dependentes familiares na casa²².

Os fazendeiros que adotavam essa visão paternalista da escravidão geralmente pertenciam ao setor progressista da elite e estavam bem conscientes da aplicabilidade dos valores capitalistas ao gerenciamento da *plantation*. Como resultado, buscavam alcançar os objetivos paralelos de maximizar os lucros nas empresas agrícolas e estabelecer uma relação mais eficiente com a força de

²¹ GENOVESE, *Roll, Jordan, Roll*, p. 4.

²² Ver GENOVESE, Eugene D. ‘Our Family, White and Black’: Family and Household in the Southern Slaveholders’ World View, In: BLESER, Carol (ed.). *In Joy and in Sorrow: Women, Family, and Marriage in the Victorian South*. Nova York: Oxford University Press, 1991, p. 69–87; FAUST, Drew G. Introduction: The Pro-Slavery Argument in History, In: FAUST, Drew G. (ed.). *The Ideology of Slavery: Proslavery Thought in the Antebellum South, 1830–1860*. Baton Rouge, La.: Louisiana State University Press, 1981, p.1–20; e WYATT-BROWN, Bertram. Modernizing Southern Slavery: The Proslavery Argument Reinterpreted, In: KOUSSER, James Mourgan e MACPHERSON, James (eds.). *Region, Race, and Reconstruction: Essays in Honor of C. Van Woodward*. Nova York: Oxford University Press, 1982, p. 27–49.

trabalho – o que conseguiram enfatizando a importância dos direitos e deveres recíprocos entre senhores e trabalhadores, em vez de recorrer a uma política improdutiva de desumanização violenta. Ao agirem assim, os proprietários de escravos progressistas seguiram princípios comparáveis àqueles que orientavam as elites agrárias progressistas na Europa e nas Américas – princípios que se relacionavam à difusão dos valores liberais e capitalistas em escala global²³.

Recentemente, vários estudiosos procuraram reconciliar a interpretação marxista de Genovese a respeito da ideologia paternalista dos fazendeiros americanos, como antimoderna e antitética ao capitalismo, com a visão oposta de James Oakes e outros historiadores, que demonstraram a existência de um claro comportamento capitalista entre a maioria dos proprietários de escravos. Em seu recente estudo sobre tempo e gerenciamento da *plantation* sulistas, Mark Smith mostrou que “os fazendeiros podiam adotar métodos modernos, e até capitalistas, para gerenciar o trabalho escravo num esforço para modernizar o Velho Sul de acordo com suas próprias regras – adotando o capitalismo sem suas conotações democráticas”; de acordo com Smith, os aspectos capitalistas e pré-capitalistas da sociedade sulista não eram mutuamente excludentes, coexistindo lado a lado. Em seu trabalho sobre a ideologia dos “senhores do açúcar” na Louisiana, Richard Follett chegou a conclusão semelhante. Igualmente, em sua análise da ascensão da classe senhorial na Carolina do Sul e Geórgia, Jeffrey Robert Young afirmou que paternalismo e capitalismo coexistiram numa ideologia híbrida de “individualismo corporativo”, em que os fazendeiros

²³ Para comparações, ver PETRUSEWICZ, Marta. Agromania : innovatori agrari nelle periferie europee dell'Ottocento, In: BEVILACQUA, Piero (ed.). *Storia dell'agricoltura italiana in età contemporanea*, Vol. 3 : Mercati e Istituzioni. Veneza : Marsilio, 1991, p. 295–343.

²⁴ SMITH, Mark M. *Debating Slavery : Economy and Society in the Antebellum American South*. New York : Cambridge University Press, 1998, p. 93; YOUNG, Jeffrey R. *Domesticating Slavery : The Master Class in Georgia and South Carolina, 1670–1837*. Chapel Hill, N.C. : The University of North Carolina Press, 1999, p. 9. Ver também SMITH, Mark M. *Mastered by the Clock : Time, Slavery, and Freedom in the American South*. Chapel Hill, N.C. : The University of North Carolina Press, 1996; FOLLET, Richard J. *The Sugar Masters : Planters and Slaves in Louisiana's Cane World, 1820–1860*. Baton Rouge, La. : Louisiana State University Press, 2005; GENOVESE, Eugene D. *The Slaveholders' Dilemma : Freedom and Progress in Southern Conservative Thought, 1820–1860*. Columbia, S.C. : W.W. Norton & Company, 1992; e OAKES, James. *Slavery and Freedom : An Interpretation of the Old South*. New York : W.W. Norton & Company, 1990. Sobre as visões marxistas e não-marxistas, ver especialmente GENOVESE, Roll, *Jordan, Roll*, p. 661–663; e OAKES, James. *The Ruling Race : A History of American Slaveholders*. Nova York : The New York Times Book Review, 1982, p. 93–224.

combinavam “sua defesa moderna de uma sociedade escravista hierárquica com concepções domésticas fundamentalmente burguesas da família sentimental”²⁴.

Ainda há muito que aprender de uma análise da ideologia senhorial que atribui igual peso aos aspectos modernos/capitalistas e pré-modernos/pré-capitalistas. De fato, a importância deste enquadramento transcende os limites dos estudos sobre o Sul dos Estados Unidos e abre caminho para se considerar a combinação senhorial de atitudes paternalistas e valores capitalistas como um caso assaz usual – e não excepcional – em perspectiva comparativa com outras elites agrárias do século XIX. Contudo, a fim de avançar desta análise para uma apreciação dos aspectos que tornam a ideologia dos fazendeiros sulistas comparável às visões de mundo de outras elites do século XIX, deve-se primeiro reconhecer o fato de que, no Sul dos Estados Unidos e semelhantemente ao que ocorreu em outras áreas do mundo, a difusão do paternalismo relacionou-se a um esforço do setor progressista da classe proprietária em adotar a modernização. De fato, longe de ser um vestígio de atitudes antimodernas – como o patriarcalismo –, o paternalismo fornecia aos fazendeiros progressistas as ferramentas ideológicas para reconciliar valores capitalistas e idéias de reciprocidade com a justificação das desigualdades que dominavam as relações sociais na casa expandida e na *plantation*. Essas características particulares do paternalismo fornecem-nos uma grande quantidade de material para comparação com as visões de mundo de outras elites agrárias do século XIX, e especificamente com aquela dos terratenentes progressistas do *Mezzogiorno* italiano²⁵.

Diferentemente dos fazendeiros americanos, que sentiam a necessidade de forjar um argumento pró-escravista, sobretudo devido à influência crescente do movimento abolicionista na opinião pública americana, membros articulados da elite agrária do Sul da Itália tinham pouco incentivo para relacionar o paternalismo a uma justificativa ideológica específica do sistema social. Esses terratenentes progressistas adotavam atitudes paternalistas em seu comportamento diário com membros da família e trabalhadores em suas propriedades rurais,

²⁵ Ver DAL LAGO, Enrico e HALPERN, Rick. Two Case-Studies in Comparative History : The American South and the Italian *Mezzogiorno*, In: DAL LAGO, Enrico e HALPERN, Rick (eds.). *The American South and the Italian Mezzogiorno : Essays in Comparative History*. Nova York : s./ed., 2002, p. 7–10; e SMITH, Mark M. Old South Time in Comparative Perspective. In: *American Historical Review* 110, 1996, p. 1432–1469.

mas apenas raramente refletiam sobre o significado de tal comportamento ou especulavam sobre a natureza do sistema do qual estavam acostumados, há tempos, a retirar seu poder social e econômico. Quando articulavam suas opiniões e pensamentos, isso ocorria, na maioria dos casos, em documentos privados nos quais mostravam que – embora nunca chegassem ao ponto de considerar sua força de trabalho como parte da família expandida – estavam certamente conscientes de seus deveres e obrigações perante os membros da casa e trabalhadores, e também estavam preparados para implicitamente reconhecer que ambos tinham alguns direitos. Contudo, o que estimula uma comparação entre terratenentes progressistas da Itália meridional e fazendeiros americanos progressistas – e, idealmente, com outras elites agrárias progressistas – é o fato de que ambos combinavam atitudes paternalistas com objetivos capitalistas. Ambos buscavam alcançar o objetivo de gerenciar empresas lucrativas racionalmente organizadas por meio de uma política de colaboração produtiva com a força de trabalho de suas propriedades rurais²⁶.

Recentemente, Marta Petrusiewicz argumentou que o crescente interesse que vários terratenentes progressistas do Sul da Itália demonstravam pela racionalização da produção nos *latifondi* era parte de um movimento geral rumo à modernização entre elites agrárias européias do século XIX. É interessante notar que esses membros da elite agrária italiana que demonstravam interesse em práticas capitalistas e modos de modernizar a produção agrícola também se esforçaram particularmente para garantir a estabilidade no gerenciamento de suas propriedades; tipicamente, fizeram isso por meio de práticas paternalistas que ressaltavam o caráter recíproco e contratual da relação entre o senhor e sua força de trabalho. Entretanto, ecoando a descrição feita por Elizabeth Fox-Genovese e Eugene Genovese da “face de Jano” do capitalismo dos proprietários de escravos, Petrusiewicz concluiu que “o *latifondismo* [o sistema agrícola do *latifondo*] não era nem feudal nem capitalista; era uma mistura [...] de produção de subsistência e de produção voltada para o mercado [...], de gerenciamento moderno combinado com partilha de colheita e arrendamento de terras”²⁷.

²⁶ Ver DAL LAGO e HALPERN, Two Case-Studies..., p. 9–10.

²⁷ PETRUSEWICZ, Marta. The Demise of *Latifondismo*, In: LUMLEY, Robert e MORRIS, Jonathan (eds.). *The New History of the Italian South : The Mezzogiorno Revisited*. Exeter : University of Exeter Press, 1997, p. 21; e FOX-GENOVESE, Elizabeth e GENOVESE, Eugene D. *The Fruits of Merchant Capital : Slavery and Bourgeois Property in the Rise and Expansion of Capitalism*. Nova York : Oxford University Press, USA, 1983, p. 4–5.

Sem dúvida, em ambos os casos, a diferença entre o ideal paternalista de gerenciamento eficiente e justo e a dura realidade da vida dos trabalhadores nas *plantations* e *latifondi* era marcante. Os escravos americanos e os camponeses italianos beneficiavam-se em apenas poucos casos das atitudes paternalistas adotadas por fazendeiros e terratenentes. Mais comumente, a exploração continuava de diferentes maneiras e graus variados, apenas de forma menos aberta e sincera. Embora dentro dos limites do *ethos* paternalista os escravos e camponeses tivessem mais espaço para negociar direitos e deveres recíprocos com seus senhores, a inquestionável força e autoridade de fazendeiros e terratenentes tendia a frustrar os esforços dos trabalhadores para se beneficiarem do implícito reconhecimento paternal de suas necessidades.

Não obstante a adoção de valores e práticas capitalistas em questões de gerenciamento e relações trabalhistas, os setores progressistas das elites agrárias do Sul dos Estados Unidos e do *Mezzogiorno* italiano gozavam de um grau mais alto de poder sobre suas propriedades do que qualquer empresário capitalista contemporâneo tinha em suas fábricas e usavam este poder para extrair trabalho excedente de seus empregados, enquanto ativamente, e geralmente com violência, desencorajavam a resistência ao trabalho e protestos²⁸.

No Sul dos Estados Unidos-*Antebellum*, os fazendeiros que privilegiavam o *ethos* paternalista estendiam a prática das relações recíprocas entre membros da família às relações entre senhores e trabalhadores. Os escravos tornaram-se parte de uma casa ideal expandida, no interior da qual os fazendeiros consideravam como sua obrigação e dever moral manter um interesse pessoal pelas vidas de todos os seus dependentes. Os fazendeiros que endossavam essa visão paternalista da escravidão geralmente conheciam seus escravos pelo nome, preocupavam-se com sua saúde (também por óbvias razões econômicas) e interferiam freqüentemente em suas vidas. Na verdade, justificavam todo o sistema escravista alegando que tomavam conta de crianças indefesas que precisavam de orientação e que se beneficiavam de trabalhar sob sua direção. Transferindo o modelo das relações familiares para a *plantation*, os fazendei-

²⁸ Ver GENOVESE, *Roll, Jordan, Roll*, p. 66–663; PETRUSEWICZ, *Latifundium*, p. 5–6; e WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Nova York : Cambridge University Press, 1979, p. 120–121. Ver também NEWBY, Howard. Paternalism and Capitalism. In: SCASE, Richard (ed.). *Industrial Society : Class, Cleavage, and Control* Nova York : George Allen & Unwin, 1977, p. 59–73.

ros que adotaram atitudes paternalistas entendiam a reciprocidade como uma obrigação implícita de cuidar dos escravos e alimentá-los em troca do trabalho que realizavam. Como consequência, de acordo com Peter Kolchin, “os senhores viam seus escravos não apenas como trabalhadores, mas também como seu ‘povo’, membros inferiores de suas casas expandidas de quem esperavam trabalho e obediência, mas a quem deviam orientação e proteção”²⁹.

A idéia de que as casas expandidas dos fazendeiros incluíam os escravos, como membros inferiores de suas famílias, era um dos pilares do argumento pró-escravista, a justificação da escravidão que estava no âmago da ideologia paternalista. Nas palavras de Willie Lee Rose, “os filósofos pró-escravistas pretendiam sugerir uma instituição benigna que encoraja entre senhores e escravos as qualidades tão admiradas na família vitoriana : alegre obediência e gratidão da parte dos filhos (ou seja, dos escravos) e sabedoria, proteção e disciplina da parte do pai (ou seja, do senhor)”. Todavia, Eugene Genovese ressaltou que, a despeito dessas qualidades ideais, “a relação senhor-escravo, vista como uma questão familiar, não requeria uma bondade ou leniência especiais; exigia apenas um forte sentimento de dever e responsabilidade” pelo bem-estar dos escravos. Logo, o paternalismo não levou necessariamente a uma relação senhor-escravo menos dura ou violenta; na verdade, na maioria dos casos, o cuidado do senhor por seus escravos era pouco mais de uma ficção retórica que os fazendeiros usavam para se defender das críticas³⁰.

Em sua essência, o paternalismo dos fazendeiros implicava a existência de uma interação contínua e pessoal entre senhores e escravos, um contato que levou a um conhecimento recíproco de extensão anteriormente desconhecida. Portanto, apenas um fazendeiro que residisse grande parte do tempo em sua *plantation* – ao contrário daquele absenteísta – poderia adotar práticas paternalistas, gerenciando diretamente sua força de trabalho e tomando contato com suas forças e fraquezas. Um fazendeiro que adotava tais práticas tipicamente buscava implantar suas decisões agindo pessoalmente como a fonte última de autoridade na *plantation*. Mesmo quando empregava um capataz, supervisionava de perto a rotina de trabalho e o instruía sobre como tratar os escravos de

²⁹ KOLCHIN, *American Slavery*, p. 112.

³⁰ ROSE, *Domestication of Domestic Slavery*, p. 127; GENOVESE, *World the Slaveholders Made*, p.199. Ver também GENOVESE, *Our Family*, p. 72–73.

modo que compreendessem e seguissem suas ordens. Por outro lado, o contato próximo entre fazendeiro e força de trabalho também permitia aos escravos tirarem vantagem do sistema de relações recíprocas que estava no cerne da ideologia paternalista. Por meio da resistência cotidiana às tentativas senhoriais de controlar suas vidas e impor suas regras, os escravos forçavam-no a reconhecer que tinham necessidades particulares e a aceitar que suas pretensões de cuidar do bem-estar servil tinham que ter alguma substância. Pela definição de Genovese do paternalismo, a relação recíproca entre senhor e escravos assentava-se na concepção do “trabalho involuntário dos escravos como um retorno legítimo pela proteção e orientação do senhor”; mas, na prática, como resultado da resistência escrava, “a insistência do paternalismo nas obrigações mútuas – deveres, responsabilidades e, em última instância, até mesmo direitos – reconhecia implicitamente a humanidade dos escravos”³¹.

Um dos exemplos mais conhecidos de paternalismo senhorial e resistência escrava encontra-se nos documentos privados de James Henry Hammond, fazendeiro da Carolina do Sul. Hammond era uma espécie de novo rico na elite agrária sulista. Seu casamento com Catherine Fitzsimmons em 1831, deu-lhe uma *plantation* de algodão de dez mil acres – Silver Bluff – com 47 escravos no interior da Carolina do Sul e introduziu-o no restrito círculo da elite agrária daquele Estado. Então, a partir dos anos de 1830, Hammond foi ganhando crescente autoridade como um político de sucesso, um intelectual sulista progressista, um refinado ideólogo pró-escravista, e um defensor entusiasta da modernização da agricultura³². Logo após adquirir Silver Bluff, começou sua carreira como fazendeiro residente e dedicou seus esforços a melhorar a produção agrícola e gerenciar a mão-de-obra com a ajuda de um capataz.

Seguindo o conselho de seu amigo Edmund Ruffin sobre experimentação científica, Hammond obteve resultados significativos com o uso de calcário argiloso e transformou com êxito Silver Bluff em um lucrativo empreendimento agrícola. Buscando semelhante sucesso na administração da força de trabalho, Hammond escreveu instruções detalhadas a seu capataz em que enfatizava a importância de não ser muito severo com os escravos, uma vez que o recurso

³¹ GENOVESE, *Roll, Jordan, Roll*, p. 5.

³² Sobre Hammond, ver FAUST, Drew G. *James Henry Hammond and the Old South : A Design for Mastery*. Baton Rouge, La. : Louisiana State University Press, 1982.

excessivo à violência assinalava o fracasso em se fundar a autoridade. Escreveu também que “muito chicote indica um administrador desequilibrado e desatento, o que não será permitido”. Contudo, como Drew Fast observou, posando de “pai benevolente” que rejeitava o uso pleno da violência, Hammond, na verdade, visava “estabelecer um sistema de dominação em que poderia extrair obediência espontânea de seus escravos complacentes”. Ao adotar o *ethos* paternalista, sentia que seu dever era implantar um código justo de práticas no gerenciamento da força de trabalho, e esperava que os escravos cumprissem suas obrigações recíprocas, aceitando voluntariamente seus desejos³³.

Em diário secreto que manteve entre 1841 e 1864, Hammond relatou suas visões pessoais da vida como fazendeiro residente em Silver Bluff e seus esforços para gerenciar e controlar seus escravos por meio de uma ideologia paternalista. O diário de Hammond mostra claramente que ele se empenhou em alcançar um equilíbrio entre um ideal paternalista de relações recíprocas entre senhor e escravos e a necessidade de gerenciar eficazmente, a qualquer custo, sua *plantation*. Por um lado, ele preocupava-se bastante com a saúde dos escravos, que sofreram de alta taxa de mortalidade ao longo dos 23 anos cobertos pelo diário. Indubitavelmente, como Faust apontou, as preocupações de Hammond tinham claras razões econômicas. Contudo, é difícil não ver também uma genuína inquietação humanitária – relacionada ao dever do senhor em zelar por seus trabalhadores – nas passagens do diário como aquela em que reclama de que o dia 4 de setembro de 1841 ter sido “o mais doloroso dia” dentre “os muitos dias de ansiedade e exaustão entre minhas pessoas doentes”. O que tornou esse dia particularmente doloroso para Hammond foi a perda de “uma valiosa mulher [escrava]”, que foi tirada do trabalho e morreu, apesar dos esforços de dois médicos diferentes e da drenagem de três libras de sangue. Significativamente, Hammond sentiu a necessidade de fechar a passagem com as seguintes palavras: “Ela foi a melhor criatura que jamais viveu”³⁴.

³³ HAMMOND, James Henry. Governor Hammond's Instructions to His Overseer. In: ROSE, Willie Lee (ed.). *A Documentary History of Slavery in North America*. Nova York : Oxford University Press, USA, 1976, p. 354. Ver também HAMMOND, James Henry. Recent and Extensive Marling in South Carolina. In: *Farmers' Register* 10, 1842.

³⁴ Diário secreto de Hammond, 4 de setembro de 1841, In: BLESER, Carol (ed.). *Secret and Sacred : The Diaries of James Henry Hammond, a Southern Slaveholder*. Nova York : Oxford University Press, 1988, p. 72–73; ver também FAUST, *James Henry Hammond*, p. 75–77.

Por outro lado, desde sua chegada a Silver Bluff em 1831, Hammond tentara impor a seus escravos a prática de trabalhar em turmas (*gangs*). Ele acreditava que o sistema de *gangs* era um regime de trabalho particularmente eficiente, sobretudo porque, sob constante supervisão do capataz, os escravos “não ficavam propensos a se extenuar”, como ocorria em um sistema de tarefas menos exigente. Contudo, o sistema de turmas esgotava os escravos e requeria a implementação de uma severa disciplina. Por meio de sua imposição, Hammond buscava claramente afirmar seu poder, criando uma força de trabalho dócil, e aumentar a eficiência da produção de algodão na *plantation*. Mas, a despeito de seus planos, os escravos reagiram à tais imposições diminuindo deliberadamente o ritmo do trabalho, fingindo frequentemente estar doentes e criando constantes incidentes que impediam as operações de trabalho de procederem suave e eficientemente. Por volta de 1850, anos de baixa produtividade de trabalho convenceram Hammond a abandonar o sistema de turmas pelo de tarefas. Ao resistirem às contínuas tentativas de Hammond de interferir em suas vidas, os escravos em Silver Bluff recusaram-se a aceitar seus desígnios de controle total e redefiniram as fronteiras da relação paternalista entre senhor e escravos, de um modo tal que ambos compreenderam e agiram mediante direitos e deveres recíprocos. Os escravos de Hammond até levaram-no a recompensá-los por realizações particularmente eficientes no trabalho. Significativamente, ele reclamou que seus escravos eram “muito bem alimentados e até bem tratados”³⁵.

Particularmente revelador é o estudo do objetivo de Hammond em obter controle total sobre as mentes dos escravos – o que Genovese, servindo-se da expressão do intelectual italiano marxista Antonio Gramsci, denominou “hegemonia.” Perseguindo este objetivo, Hammond buscou impor a seus escravos o uso de práticas religiosas e médicas ocidentais. Todavia, os escravos se esforçaram para manter um grau de autonomia religiosa e continuaram a prática de adoração de acordo com suas próprias tradições culturais de Cristianismo afro-americano, em vez de concordar passivamente em adorar a Igreja de Hammond e aceitar a mensagem de submissão dos pregadores brancos. Ao mesmo tempo, os escravos continuaram a se apoiar nas crenças populares africanas, às vezes recorrendo à feitiçaria em vez de submeter-se às práticas médicas científicas.

³⁵ Diário da *plantation* de Hammond, 6 de maio de 1838 e 22 de outubro de 1843, ambos citados em FAUST, *James Henry Hammond*, p. 75, 90.

Em última instância, o número impressionante de fugitivos – que atingiu uma média de dois por ano entre 1831 e 1855 – testemunha os contantes desafios dos escravos contra os desígnios de Hammond de controlar totalmente suas mentes e impor o exaustivo sistema de *gangs* em Silver Bluff³⁶.

A ambição de James Henry Hammond de ser proprietário de uma *plantation* modelo, onde eficiência produtiva e gerenciamento paternalista dos escravos caminhassem lado a lado, estava em sintonia com o interesse que um número substancial de fazendeiros sulistas manifestava perante as idéias e práticas capitalistas.

As atividades e interesses de produtores de algodão, como Hammond, que pertenciam ao mais recente e progressista setor da elite escravista sulista, resumiam especialmente – mas não exclusivamente – as características de um tipo peculiar de espírito empreendedor que combinava idéias de racionalidade e eficiência capitalistas com um tratamento paternalista da força de trabalho. Em sua essência, o *ethos* paternalista adequava-se às necessidades ideológicas de uma elite agrária progressista, cujo compromisso com a modernização da agricultura sulista era igual ao seu comprometimento com a preservação da escravidão. Assim, o argumento pró-escravista, como um aspecto central da ideologia paternalista, estava indubitavelmente relacionado – como Bertram Wyatt-Brown argumentou – ao “desejo de modernizar, melhorar o ‘sistema doméstico’ [de escravidão], de modo que seus fundamentos não fossem menos firmes e progressistas do que aqueles que baseavam o trabalho livre”³⁷.

O grande esforço dos fazendeiros progressistas para modernizar a produção agrícola sulista, ao mesmo tempo em que mantinham o sistema escravista intacto, provocou a aceitação entusiasta das práticas de gerenciamento eficiente do capitalismo industrial. De fato, em seu recente estudo sobre a *plantation* capitalista, Mark Smith afirmou que “aqueles fazendeiros mais devotados à causa do progresso imitavam ao extremo os donos de fábricas do Norte” em seu desejo de “regular a produtividade e o índice de trabalho”. Contudo, os

³⁶ Ver FAUST. *James Henry Hammond*. p. 69–104. Sobre “reciprocidade” e “hegemonia”, ver GENOVESE. *Roll, Jordan, Roll*. p. 45–49; e MORRIS, Christopher. The Articulation of Two Worlds : The Master-Slave Relationship Reconsidered. In: *Journal of American History* 85, 1998, p. 982–1007.

³⁷ WYATT-BROWN. Modernizing Southern Slavery, p. 28. Ver também COLLINS, Steven G. System, Organization, and Agricultural Reform in the Antebellum South, 1840-1860. In: *Agricultural History* 75, 2001, p.1-27.

fazendeiros progressistas, que buscavam reformar a agricultura sulista, acrescentaram às práticas capitalistas de gerenciamento fabril sua própria visão da ideologia paternalista, como base de uma relação recíproca que unia senhores e escravos na observância de direitos e deveres específicos. Por conseguinte, no Sul dos Estados Unidos anteguerra, a adoção de atitudes paternalistas e o respeito pela reciprocidade tornaram-se sinais distintivos de comportamento daqueles membros progressistas da elite agrária que acreditavam na conciliação do sistema de trabalho escravo com o moderno gerenciamento capitalista de suas propriedades rurais³⁸.

Diferentemente dos fazendeiros progressistas do Sul dos Estados Unidos, os terratenentes progressistas no *Mezzogiorno* não tinham que lidar com a contradição da coexistência da modernização da agricultura com um sistema de trabalho não-livre. Ademais, outros fatores – como o atraso das técnicas agrícolas e os constrangimentos naturais de um mercado subdesenvolvido – condicionaram as tentativas dos terratenentes do Sul da Itália de melhorar a economia agrícola, assim como a escravidão condicionou tentativas comparáveis dos fazendeiros do Sul dos Estados Unidos. Na Itália meridional, como no Sul dos Estados Unidos, idéias a respeito do gerenciamento racional da terra e do trabalho caracterizaram o comportamento daqueles membros da elite que mostravam compromisso com a modernização agrícola e com os princípios liberais. Os terratenentes do *Mezzogiorno* que adotaram atitudes empreendedoras na administração de suas propriedades eram, tipicamente, ou nobres progressistas ou burgueses estabelecidos na terra que se beneficiaram da abolição do feudalismo. Seu *ethos* tinha muito em comum com o *ethos* paternalista que caracterizava a ideologia de parte substancial dos fazendeiros progressistas no Sul dos Estados Unidos. Contudo, uma diferença importante residia no fato de que, embora combinando idéias sobre o manejo racional das propriedades rurais com idéias paternalistas sobre relações recíprocas entre senhores e trabalhadores, os terratenentes progressistas do Sul da Itália eram bem flexíveis quanto ao emprego de mão-de-obra livre e experimentaram diferentes acordos contratuais e formas de colonato – o que era impossível para os fazendeiros americanos constrangidos pela escravidão. Ao mesmo tempo, os terratenentes

³⁸ SMITH, Mark M. Time, Slavery, and *Plantation* Capitalism in the Ante-Bellum American South. In: *Past and Present*, 150, 1996, p. 154. Ver também FOLLETT. *Sugar Masters*; e NEWBY. *Paternalism and Capitalism*, p. 70-73.

italianos tendiam a serem igualmente fortes defensores do gerenciamento direto da terra e contrários ao absenteísmo, embora, na prática, frequentemente adotassem atitudes paternalistas no tratamento dos trabalhadores³⁹.

Não obstante adotarem tais atitudes no trato com os trabalhadores, os terratenentes progressistas do Sul da Itália viam o segredo de um eficiente gerenciamento da terra e do trabalho na administração direta das propriedades e na supervisão estrita da força de trabalho. Os terratenentes que defendiam esses princípios geralmente engajavam-se em diferentes graus na produção e venda de produtos agrícolas de valor comercial, como frutas cítricas, azeite de oliva e vinho. A eficiência de suas empresas e negócios agrícolas tornava ainda mais dignas de crédito suas tentativas de promover uma reforma da agricultura. Assim como os fazendeiros progressistas do Sul dos Estados Unidos, os terratenentes do *Mezzogiorno* buscavam maximizar o lucro de suas empresas agrícolas combinando eficiência na produção de bens para o mercado com um gerenciamento direto das propriedades. Mas, diferentemente dos fazendeiros do Sul dos Estados Unidos, os terratenentes italianos defrontavam-se com os constrangimentos estruturais de um mercado subdesenvolvido, em que os comerciantes operavam em condições extremamente precárias e com baixo nível de organização. Devido às frequentes oscilações na demanda do mercado por determinados produtos, os terratenentes italianos tinham que depender da diversificação das atividades econômicas e da flexibilidade nas relações de trabalho, a fim de serem capazes de investir em operações financeiras ágeis que lhes dessem altos retornos a curto prazo⁴⁰.

Enquanto os fazendeiros americanos eram profundamente dependentes da demanda global por um bem agrícola comercial, que produziam usando a maior parte da terra cultivável de suas *plantations*, nos *latifondi* do Sul da Itália os terratenentes implementaram um tipo diferente de racionalidade econômica e concentraram seus esforços na produção combinada de diferentes culturas com valor oscilante de

³⁹ Ver DE LORENZO, Renata. *Società economiche e istruzione agraria nell'Ottocento meridionale*. Milão : Franco Angeli, 1998, p. 92-108. Ver também PETRUSEWICZ, Marta. Land-Based Modernization and the Culture of Landed Elites in the Nineteenth-Century *Mezzogiorno*. In: DAL LAGO e HALPERN (eds.). *American South and Italian Mezzogiorno*, p. 95-111.

⁴⁰ Ver SALVEMINI, Biagio. *L'innovazione precaria. Spazi, mercati e società nel Mezzogiorno fra Sette e Ottocento*. Catanzaro : Meridiana Libri, 1995, p. 22-24; e BANTI, Alberto. Gli imprenditori meridionali : razionalità e contesto. In: *Meridiana*, 6, 1989, p. 63-89.

mercado. De acordo com Salvatore Lupo, “a empresa agrícola mista, parcialmente transformada pelo cultivo de culturas comerciais, representou um modelo real de progresso agrário para vários proprietários, nobres ou não”. Lupo relaciona a idéia de “progresso agrário” a uma “vanguarda esclarecida” dos terratenentes do Sul da Itália, um grupo que incluía aqueles que estavam ativamente engajados em atividades empreendedoras. Era precisamente este tipo de propriedade rural, com cultivo combinado de diferentes produtos – que os terratenentes empreendedores consideravam como modelo de progresso agrário – que era particularmente adaptável às flutuações da demanda do mercado no *Mezzogiorno*⁴¹.

Os terratenentes progressistas do Sul da Itália que adotavam o *ethos* paternalista adaptaram a idéia das relações recíprocas às condições particulares do *Mezzogiorno* oitocentista, uma sociedade em que – diferentemente dos fazendeiros americanos – eles não dominavam como senhores sobre uma classe trabalhadora escravizada e explorada racialmente. Consistente com o comportamento de outras elites agrárias progressistas, aquelas do Sul da Itália concebiam a reciprocidade como uma obrigação para “garantir” a seus trabalhadores subsistência e proteção contra abusos e violência em troca de lealdade. O “sistema de garantias” fixava um equilíbrio entre a necessidade de os terratenentes manterem um grau mínimo de conflito trabalhista bem como alcançar um grau máximo de produção eficiente e as necessidades dos trabalhadores alcançarem um certo grau de estabilidade e segurança em seu emprego. Em sua análise do *latifondo* do século XIX, Marta Petrusiewicz mostrou como os empregados que trabalhavam com salários fixos – os *provvisionati* – eram a pedra angular do sistema de garantias das relações recíprocas entre terratenente e trabalhadores, um sistema em que ambos entendiam as implicações dos direitos e deveres de cada parte. Nas palavras de Petrusiewicz, “cabia aos *provvisionati* trabalharem bem, respeitar os proprietários, e serem disciplinados, obedientes e leais; cabia aos senhores tratá-los bem e protegê-los”. Todo o “funcionamento do sistema de *latifondo* dependia primordialmente do reconhecimento, por senhores e trabalhadores, da reciprocidade em suas relações”⁴².

⁴¹ LUPO, Salvatore. I proprietari terrieri del *Mezzogiorno*. In: BEVILACQUA, Piero (ed.). *Storia dell'agricoltura italiana in età contemporanea*, Vol. 2 : *Uomini e Classi*. Venezia : s/ed., 1990), 2–3. Ver também MONTRONI. Introduzione. In: MONTRONI (ed.). *Agricoltura e Commercio*, p. 11–14.

⁴² PETRUSEWICZ, *Latifundium*, p. 85.

Na prática, o sistema de garantias era o fator chave que impedia o *latifondo* de se tornar uma plena empresa capitalista e preservava seu caráter híbrido por meio da persistência de relações altamente personalizadas entre senhores e trabalhadores e do uso difundido de recompensas em espécie, e não em dinheiro. Ao mesmo tempo, de acordo com Petrusiewicz, o sistema de garantias permitia aos camponeses acesso a terras do *latifondo* e cultivar produtos como suplemento de seu salário de subsistência. Isto, por sua vez, impedia a proletarianização da força de trabalho – que vivia apenas parcialmente de seus salários – e fornecia aos proprietários um suprimento ilimitado de trabalho barato. A despeito de sua alegação de um caráter híbrido, capitalista/não-capitalista, do *latifondo*, Petrusiewicz insistiu que sua interpretação do sistema de garantias difere da interpretação de Genovese do paternalismo dos fazendeiros, visto que no “paternalismo do sistema escravista americano [...] a relação entre senhor e escravo era essencialmente pessoal e os vínculos de controle e subordinação partiam dos indivíduos de uma classe para os de outra.” Esses aspectos particulares do paternalismo do Sul dos Estados Unidos contribuíram para minar a solidariedade entre os escravos das *plantations*. Pelo contrário, o caráter coletivo do acordo social no cerne do sistema de garantias reduzia o nível de alienação dos trabalhadores do *latifondo* perante suas comunidades e permitia apenas um mínimo de conflito social⁴³.

Contudo, apesar das afirmações de Petrusiewicz, as ideologias no âmbito do sistema de garantias e do paternalismo dos proprietários de escravos possuíam um número impressionante de características em comum. A mais importante delas era a idéia de que os direitos e deveres recíprocos revertiam em um tipo de acordo tácito entre senhores e trabalhadores. Em ambos os casos, os senhores alegavam que forneciam a seus trabalhadores algum tipo de serviço – proteção, ou comida e abrigo – em troca de trabalho. Entretanto, enquanto no Sul dos Estados Unidos o paternalismo era realmente um sistema ideológico que os fazendeiros usavam para justificar a escravidão e ao qual os escravos tinham que se conformar, tentando moldá-lo de acordo com suas necessidades, no *Mezzogiorno* a ausência de escravidão operava a favor do sistema de

⁴³ PETRUSEWICZ, *Latifundium*, p. 7. Ver também PETRUSEWICZ, Marta. Wage-Earners but Not Proletarians : Wage Labor and Social Relations in the Nineteenth-Century Calabrian *Latifondo*. In: *Review*, 10, 1987, p. 471–503.

garantias, que era mais próximo de um verdadeiro contrato de trabalho unindo o empregador a seus empregados. Ademais, a exploração que esses dois tipos de paternalismo senhorial mascarava revelou-se particularmente na falta de poder dos trabalhadores e no estrito controle que os fazendeiros americanos e os terratenentes italianos exerciam sobre as vidas e atividades de escravos e camponeses⁴⁴.

Um exemplo emblemático de burguês terratenente enobrecido, que era tanto um proprietário empreendedor quanto um reformador da agricultura com atitudes paternalistas, é o do napolitano Giacomo Savarese. Em 1832, Savarese publicou um ensaio sobre a maior planície natural do *Mezzogiorno* (o *Tavoliere* na Apúlia) em que advogava a necessidade de se adotar uma política liberal que permitisse que a economia agropastoril da região florescesse sem obstáculos legais. Posteriormente, participou de vários comitês governamentais para recuperação de terras nas áreas ao redor do rio Volturno, onde tinha uma propriedade, e ganhou a confiança da administração Bourbon. Advogado convicto da primazia da agricultura, Savarese criticou vigorosamente a industrialização por conta da ruptura social que a acompanhava e acreditava no peso das relações sociais tradicionais. Esta crença trouxe-lhe maduras convicções paternalistas e levou-o a enfatizar a importância da obrigação moral da elite em “melhorar a sociedade, modificando seus indivíduos por meio da educação”⁴⁵, como escreveu em um discurso de 1842 sobre os jardins-da-infância napolitanos. Quarenta anos depois, Savarese estenderia essa mesma abordagem paternalista para as fábricas, escrevendo um ensaio sobre a contribuição das classes superiores para mitigar os efeitos da exploração da classe trabalhadora industrial. Em 1855, Ferdinando II nomeou Savarese presidente da Comissão de Reinvidicação de Terras, um cargo que o renomado reformador da agricultura Carlo Afan De Rivera ocupara antes dele. Logo depois, o rei concedeu a Savarese o título nobre de barão em reconhecimento do destaque de seu trabalho. Ao longo de sua carreira, Savarese defendeu a necessidade de se fortalecer o poder da classe

⁴⁴ Ver o debate entre Giancarlo De Vivo, John Davis e Piero Bevilacqua no *Times Literary Supplement*, 8 de novembro de 1991-27 de dezembro de 1991.

⁴⁵ SAVARESE, Giacomo. *Discorso recitato all'Adunanza Generale degli Asili Infantili il 27 Febbraio 1842 da Giacomo Savarese*. Nápoles : s/ed. 1842, p. 10. Ver também, SAVARESE, Giacomo. *Memoria sul Tavoliere di Puglia di Giacomo Savarese*. Nápoles : s/ed., 1832, p. 10-14.

terratenente com uma política econômica liberal e, como representante da burguesia fundiária, acreditava que sua classe, mais do que a aristocracia, deveria liderar o movimento pela reforma da agricultura no reino borbônico⁴⁶.

Em suas próprias propriedades, localizadas na costa napolitana e na região excepcionalmente próspera de Terra di Lavoro, Savarese empenhou-se em diferentes tipos de atividades relacionadas à agricultura comercial. Longe de ser um proprietário absenteísta, ele gastava um tempo considerável no gerenciamento de sua terra, mesmo que em seu diário reclamasse que apenas era possível cuidar de seus campos quando deixava de lado suas outras ocupações. Savarese tinha uma particular afeição por sua propriedade em Carmiano, perto de Castellammare, que também incluía uma vila e na qual dedicava-se ao cultivo de trigo e à produção de vinho. Todavia, o produto comercial mais importante que Savarese cultivava em Carmiano eram frutas cítricas; em seu diário, ele tomou notas cuidadosas sobre o número e tipos de laranjeiras e limoeiros que plantava em seus campos. O cuidado que Savarese demonstrava em seu gerenciamento da terra relacionava-se intimamente à sua defesa da reforma da agricultura e ao fato de que, como membro da burguesia agrária, ele considerava a propriedade fundiária como “o fundamento natural da sociedade”, nas palavras de Giovanni Aliberti. Nesse caso, a crença de Savarese, de que as classes proprietárias tinham um papel chave na orientação do processo de modernização agrícola do *Mezzogiorno*, tinha muito em comum com a ideologia dos principais reformadores econômicos tanto no Reino das Duas Sicílias quanto nas outras periferias européias⁴⁷.

Na parte mais interessante de seu diário pessoal – escrita em 1854 – Savarese explicou suas idéias sobre as relações com a força de trabalho e elaborou mais detidamente o caráter paternalista de sua visão de mundo que caracterizara sua obra anterior. Semelhantemente a outros terratenentes do Sul da Itália, Savarese alugou faixas de sua terra a camponeses locais e não hesitava em explorar colonos em benefício de seu empreendimento agrícola. Ele também se opunha a idéias sobre a ascensão social dos trabalhadores. Por estas razões, embora adotasse um *ethos* paternalista, em seu diário era particularmente cui-

⁴⁶ Ver SAVARESE, Giacomo. *Delle cause del malessere delle classi operaie e del concorso delle classi agiate per attenuarne gli effetti*. Nápoles : sled., 1883. Ver também ALIBERTI, Giovanni. *Un oppositore agrario del Mezzogiorno : Giacomo Savarese*. Nápoles : sled., 1967, p. 2–24.

⁴⁷ Diário de Giacomo Savarese, 22 de maio de 1854, Papéis da Família Savarese, ASN; ALIBERTI, *Un oppositore*, p. 30.

dadoso em delinear o conceito de reciprocidade, mantendo uma clara distinção entre as classes superiores e inferiores. De modo interessante, contudo, Savarese vinculava a idéia de “relações recíprocas entre senhor e trabalhadores” à idéia de “gerenciamento racional da terra” de um modo que lembrava as atitudes paternalistas dos fazendeiros progressistas do Sul dos Estados Unidos, como James Henry Hammond. De fato, em uma seção de seu diário intitulada “Sobre política pessoal”, Savarese escreveu que “no sistema *proprietário* ... a idéia do senhor é uma idéia *sine qua non* (*un’idea sine qua non*),” porque “no sistema proprietário, o ... senhor é a razão da boa administração da casa”⁴⁸.

Mais adiante na mesma seção, Savarese explicava ainda que “o bem das coisas que possuímos, no governo da família, é consequência do interesse do senhor ..., a não ser que o proprietário seja um lunático, ou ignorante, seu interesse leva-o a tirar o melhor das coisas que possui. O vinhedo será bem apurado, a árvore bem cuidada, a terra bem adubada, os carneiros gordos, o *colono* rico, o arrendatário satisfeito.” Portanto, em seu documento mais pessoal e privado, Savarese reiterava a primazia da propriedade fundiária e, ao mesmo tempo, fornecia um forte argumento para a existência de desigualdades sociais e para a necessidade de os proprietários zelarem simultaneamente por seus interesses e pelo bem-estar de seus arrendatários⁴⁹.

A leitura do diário de Savarese mostra que ele considerava a diferença entre terratenentes e arrendatários tão igualmente fixa e permanente quanto a diferença – na visão de James Henry Hammond – entre senhores e escravos. Para Savarese, o dever do senhor era zelar por seus interesses e propriedade; ele acreditava que o gerenciamento racional da propriedade automaticamente conduziria à melhora das condições dos trabalhadores. A crença de Savarese na defesa da reforma da agricultura combinava com sua adoção de atitudes paternalistas, levando-o a interpretar o significado de reciprocidade como uma obrigação do senhor em providenciar o bem-estar de seus arrendatários exclusivamente mediante uma boa administração. Para Savarese, o senhor, ao agir por seu próprio bem, implicitamente agia pelo bem dos seus trabalhadores. Na medida em que os arrendatários não aspirassem à ascensão social e estivessem

⁴⁸ Diário de Giacomo Savarese, 9 de junho de 1854, Documentos da Família Savarese, ASN.

⁴⁹ Diário de Giacomo Savarese, 9 de junho de 1854, Documentos da Família Savarese, ASN.

satisfeitos com o que o senhor fornecia – terra arrendada e proteção –, ele gozaria de um mínimo de conflito de classe em sua propriedade⁵⁰.

Portanto, a retórica da reciprocidade de Savarese era assaz próxima das características do sistema de garantias que Marta Petrusiewicz estudou no Estado de Barracco. Em ambos os casos, o ponto crucial na relação senhor-escravo era a consciência senhorial da necessidade de concessões à força de trabalho, como chave para manter um conflito mínimo de classes. Savarese era um terratenente burguês progressista que privilegiava o *ethos* paternalista e buscava seguir a idéia de reciprocidade ao lidar com as relações de trabalho. Em comparação com os fazendeiros progressistas do Sul dos Estados Unidos *Antebellum*, os terratenentes progressistas do *Mezzogiorno* eram freqüentemente, embora não exclusivamente, indivíduos particularmente bem-sucedidos que ascenderam dentro das fileiras dos setores mais novos da elite agrária – indivíduos que tinham em comum, além de um compromisso com o paternalismo e reciprocidade, um igualmente forte compromisso com a defesa de idéias progressistas de reforma da agricultura e de modernização econômica.

Conclusão

Tanto no Sul dos Estados Unidos como no *Mezzogiorno* italiano do século XIX, o paternalismo era um *ethos* particularmente privilegiado pelas elites progressistas. Embora adotado por famílias terratenentes e escravistas antigas e recentes, seu aparecimento associava-se intimamente à ascensão de novas classes de proprietários fundiários. Como uma ideologia do século XIX, o paternalismo diferia radicalmente do *ethos* patriarcal do século XVIII no tocante às relações familiares e ao tratamento dos trabalhadores rurais. Nas relações paternalistas, a reciprocidade funcionava como um modelo para as relações entre senhor e trabalhadores. Devido à presença da escravidão no Sul dos Estados Unidos, os fazendeiros paternalistas diferiram substancialmente dos terratenentes paternalistas no *Mezzogiorno*, especialmente no modo de estabelecer relações recíprocas com os trabalhadores. Ademais, ambas as elites enfatizavam a importância dos direitos e deveres que senhores e trabalhadores

⁵⁰ Ver ALIBERTI, *Un oppositore*, p. 25–30.

eram obrigados a respeitar. Em ambos os casos, a reciprocidade conferia um novo significado à justificação ideológica das desigualdades entre proprietários fundiários e trabalhadores. Em ambos os casos, a busca senhorial por consenso, e não pela aplicação brutal do poder, dava espaço para os trabalhadores negociarem e uma melhor chance de ganharem o reconhecimento de alguns direitos. Também, de maneiras comparáveis, fazendeiros e terratenentes progressistas usavam a ideologia paternalista para obter mais eficazmente altos lucros na produção comercial de bens agrícolas, enquanto mascaravam com sua busca de consenso a presença de uma exploração crescente dos trabalhadores.